

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

disfuncional, exclusão social, discriminação sexual, acontecimentos traumáticos, são determinantes sociais que atuam como fatores de risco, influenciando o desencadear da doença.

Compreende-se assim que uma crise económica seja precipitante de alto risco para a saúde mental dos indivíduos, das famílias, das sociedades. A ameaça da precariedade, os problemas financeiros, o desemprego, o empobrecimento, a falência das redes de suporte o isolamento social e provocam modificações significativas no modo como o indivíduo se olha a si, ao mundo que o cerca e ao futuro. E adoce-se pela perda da esperança, pelo aumento dos comportamentos de risco, pelo agravamento da vulnerabilidade às doenças ditas orgânicas. E agrava-se o estado de doença pela incapacidade financeira de obter resposta terapêutica. Sabe-se que em Portugal a subida de 1% no desemprego está associada a um aumento de 4,4% de suicídios. Para cada suicídio existem pelo menos 100 casos adicionais de depressão, patologia cuja taxa de incidência aumenta quando sobem os índices de desigualdade social.

Para preservar a saúde mental das populações em períodos de crise económica, a OMS sublinha a relevância dos determinantes sociais e aponta para a criação de programas de trabalho ativo, apoio social às famílias, valorização dos cuidados primários a pessoas de maior risco, promoção de resiliência e reestruturação de dívidas. Nestes períodos, os países são empurrados para cortes financeiros que afetam os programas de proteção social. Mas, da análise de recessões anteriores, constata-se que a criação de empregos e de redes de segurança social específicas são apostas válidas que previnem o resvalar dos indicadores de saúde mental e que resultam em benefícios económicos posteriores.

Luísa Sales

Desemprego

É geralmente aceite que a noção moderna de desemprego emerge, nos finais do século XIX e início do século XX, com a consolidação da sociedade industrial e do trabalho assalariado e que se estabiliza com as políticas e instituições especializadas na sua gestão. A noção de desemprego encontra-se internacionalmente harmonizada pelas recomendações da OIT. É com base nestas que o INE, a partir do Inquérito ao Emprego, classifica os indivíduos, com 15 ou mais anos, em relação ao mercado de trabalho num de três

estados: emprego, desemprego ou inatividade. É considerada desempregada uma pessoa com 15 ou mais anos, sem trabalho remunerado ou outro, disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não, e que efetuou diligências para encontrar emprego.

No atual contexto de crescente diversificação, heterogeneidade e invisibilidade do trabalho e do emprego, multiplicam-se as relações com o trabalho e o emprego e, logo, com o desemprego, dificultando a sua quantificação, introduzindo alterações no seu significado social, diversificando as suas vivências e, mais grave, limitando o acesso às proteções na eventualidade de desemprego. O desemprego pode, pois, ser definido como um problema social complexo e constituir o ponto de partida para interrogar, por um lado, a atual tendência para a naturalização do risco laboral e para a banalização do escamoteamento do valor-trabalho e, por outro, as medidas políticas destinadas a colmatar os seus efeitos sociais e individuais. Os números do desemprego não são, todavia, suficientes para abarcar o fenómeno em toda a sua espessura.

Independentemente da partilha de uma condição objetiva, os/as desempregados/as continuam a viver diferentes condições sociais e a pertencer a diferentes grupos sociais, pelo que as desigualdades encontram eco nas experiências do desemprego. Perante a ampliação dos números do desemprego, os/as desempregados/as precisam de existir e, logo, de um olhar sociológico que abra espaço às experiências plurais que compõem o polo desqualificado da dicotomia trabalho/não-trabalho e que existem, quando sustentadas somente por uma lógica produtivista, sob uma forma desqualificada de existir.

Pedro Araújo

Desigualdade

O conceito de desigualdade pressupõe o de igualdade. Para Hannah Arendt, a igualdade é o resultado da organização e da ação humanas orientadas pelo princípio de justiça. Não nascemos iguais, tornamo-nos iguais em comunidades que buscam direitos iguais. A proposta mais consistente e fundadora sobre a origem das desigualdades advém de Jean-Jacques Rousseau quando afirmou que as mesmas emergiram no dia em que «o primeiro [ser humano], tendo cercado um terreno, afirmou: Isto é meu, e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditar nele. Foi o verdadeiro fundador da sociedade civil».